

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 168.015 - RS (2019/0259398-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**SUSCITANTE** : **COMPASUL CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**ADVOGADOS** : **JOÃO ADALBERTO MEDEIROS FERNANDES JUNIOR - RS040315**  
                  **LAURENCE BICA MEDEIROS - RS056691**  
                  **ARTHUR ALVES SILVEIRA - RS080362**  
                  **IURI CARLOS ZANON E OUTRO(S) - RS114236**  
**SUSCITADO** : **JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE ESTRELA - RS**  
**SUSCITADO** : **JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA CÍVEL DE CURITIBA - PR**  
**SUSCITADO** : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**INTERES.** : **PARANA LOCADORA DE EQUIPAMENTOS LTDA**

**DECISÃO**

Trata-se de conflito de competência com pedido de liminar, em que é suscitante COMPASUL CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA., em recuperação judicial, e suscitados o JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA CÍVEL DE CURITIBA – PR e o JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE ESTRELA – RS, onde tramita a recuperação judicial.

A suscitante informa que ingressou com pedido de recuperação judicial na Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que foi deferido em 29/10/2015, oportunidade em que se determinou a suspensão de todas as ações e execuções em trâmite contra a empresa.

Aduz que (e-STJ fl. 5):

Assim, foi realizada restrição judicial sobre os ativos financeiros da recuperanda no montante de R\$ 400.767,19 (quatrocentos mil, setecentos e sessenta e sete reais e dezenove centavos), através da ordem pelo sistema BacenJud em 26/03/2019 efetuado pelo juízo da 17ª Vara Cível da Comarca de Curitiba/PR (ANEXO X).

Tendo em vista o disposto no *decisum*, bem como no intuito de cumprir o disposto nos artigos 52, Parágrafo 3º e 59 da Lei nº 11.101/05, a suscitante reiterou para o juízo 17ª Vara Cível da Comarca de Curitiba/PR sobre o deferimento do processamento e a homologação do plano na Recuperação Judicial, para que fosse extinta a execução em decorrência da novação determinada pelo artigo 59 da Lei 11.101/05, e, de forma subsidiária, a suspensão da execução e habilitação do crédito no feito recuperacional, conforme determina o artigo 10 da Lei n.º 11.101/05.

Discorre sobre o entendimento jurisprudencial de que, a partir do deferimento da recuperação, o juízo universal passa a ser o único competente para prática de atos que comprometam o patrimônio da empresa recuperanda.

Postula liminarmente (e-STJ fl. 16):

(...) o levantamento da indisponibilidade dos ativos financeiros efetuados através do sistema BacenJud através do número de protocolo 20190002280300, efetuado na Execução de Título Extrajudicial n.º 0030974-74.2015.8.16.0001, em trâmite perante a 17ª Vara Cível Da Comarca De Curitiba/PR, movida por PARANÁ LOCAÇÕES DE EQUIPAMENTOS LTDA., bem como a abstenção deste juízo em efetuar novas constrições ao patrimônio da recuperanda, designando-se o juízo da recuperação judicial para resolver, em caráter provisório, as medidas que se façam urgentes, nos termos do que dispõem o artigo 120, caput, do Código de Processo Civil e o artigo 196

do RISTJ;

No mérito, requer o reconhecimento da competência exclusiva do Juízo da recuperação judicial.

Liminar parcialmente deferida às fls. 70/72 (e-STJ).

Informações prestadas às fls. 80/82 e 88/106 (e-STJ).

Parecer do Ministério Público Federal pela competência do Juízo universal (e-STJ fl. 84):

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. PRÁTICA DE ATOS DE CONSTRIÇÃO DO PATRIMÔNIO DA EMPRESA RECUPERANDA. PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL.

1. Iniciada a recuperação judicial, com a apresentação e homologação do plano, é fundamental que eventuais atos constritivos dos ativos da sociedade sejam submetidos ao crivo do juízo universal, sob pena de se esvaziar o propósito da recuperação.
2. Não se mostra cabível a retomada automática das execuções individuais mesmo após o transcurso do prazo de cento e oitenta dias previsto no art. 6º, § 4º, da Lei 11.101/2005. Jurisprudência desse Superior Tribunal de Justiça.
3. Parecer pela competência do juízo universal.

É o relatório.

Decido.

Segundo orientação consolidada na Súmula n. 568 do STJ, o relator pode decidir monocraticamente o conflito de competência, quando exista jurisprudência dominante do Tribunal sobre o tema.

É esse precisamente o caso dos autos. Existem decisões unipessoais, em conflitos de competência envolvendo recuperações judiciais e execuções individuais, da lavra de praticamente todos os Ministros integrantes da Segunda Seção do STJ. Confirmam-se: CC n. 121.327/DF, Ministra NANCY ANDRIGHI, DJe 2/5/2012, CC n. 102.613/SP, Ministro MASSAMI UYEDA, DJe 7/10/2011, CC n. 118.574/SP, Ministro SIDNEI BENETI, DJe 27/10/2011, CC n. 118.524/SP, Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, DJe 4/5/2012, CC n. 120.454/SP, Ministra ISABEL GALLOTTI, DJe 30/4/2012, CC n. 116.410/SP, Ministro VILLAS BÔAS CUEVA, DJe 27/4/2012, e CC n. 120.829/RJ, Ministro MARCO BUZZI, DJe 3/5/2012.

Na espécie, busca-se fixar o juízo competente, para julgar atos executivos contra o patrimônio da empresa suscitante, que se encontra em recuperação judicial.

A Lei n. 11.101/2005, em seu art. 47, estabelece a prevalência do interesse público e social na manutenção da atividade econômica da empresa em recuperação, sobre o interesse privado de cada um dos credores individuais. Assim dispõe a regra legal:

Art. 47 - A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

A lei infraconstitucional – considerando a mencionada função social da empresa e a manutenção de, pelo menos, uma parte dos empregos existentes – tem como objetivo o restabelecimento financeiro da devedora. Para tanto, atribui exclusividade ao juízo universal, onde se processa a recuperação judicial, para a prática de atos de execução de seu patrimônio, evitando a efetivação de medidas expropriatórias isoladas que possam prejudicar o cumprimento do plano de recuperação. Desse modo, disciplina o *caput* do art. 49 da Lei n. 11.101/2005: "Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos."

A jurisprudência do STJ é pacífica quanto ao tema, conforme demonstram os seguintes precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXECUÇÕES INDIVIDUAIS. LEI N. 11.101/05. INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICO-TELEOLÓGICA DOS SEUS DISPOSITIVOS. MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA.

1. A competência para o pagamento dos débitos de sociedade empresária no transcurso de processo de recuperação é do juízo em que se processa o pedido de recuperação e em observância ao plano aprovado e homologado.

2. A manutenção da possibilidade de os juízos de execuções individuais procederem à constrição do patrimônio das sociedades recuperandas afrontaria os princípios reitores da recuperação judicial, privilegiando-se determinados credores, ao arrepio do que hegemonicamente restou estabelecido no plano de recuperação. Inteligência do art. 6, §2º, da LF n. 11.101/05. Concreção do princípio da preservação da empresa (art 47).

3. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

(AgRg no CC n. 125.697/SP, Relator Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 4/2/2013, DJe 15/2/2013.)

AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA. FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA. INCOMPATIBILIDADE ENTRE O CUMPRIMENTO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO E A MANUTENÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL QUE CORRE NO JUÍZO TRABALHISTA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. A arguição incidental de inconstitucionalidade deve ser provocada pela parte no primeiro momento que comporte manifestação dos interessados nos autos, caso contrário, fica obstada pela preclusão consumativa.

2. 'Apesar de a execução fiscal não se suspender em face do deferimento do pedido de recuperação judicial (art. 6º, §7º, da LF n. 11.101/05, art. 187 do CTN e art. 29 da LF n. 6.830/80), submetem-se ao crivo do juízo universal os atos de alienação voltados contra o patrimônio social das sociedades empresárias em recuperação, em homenagem ao princípio da preservação da empresa.' (CC 114987/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/03/2011, DJe 23/03/2011).

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no CC n. 115.275/GO, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/9/2011, DJe 7/10/2011.)

Assim, uma vez aprovado e homologado o plano de recuperação judicial da sociedade empresária, todos os atos de constrição e expropriação sobre seu patrimônio estarão sujeitos ao juízo da recuperação judicial.

# *Superior Tribunal de Justiça*

No que se refere à norma do art. 6º, § 4º, da Lei n. 11.101/2005, a Segunda Seção do STJ vem reiteradamente decidindo que, "em regra, uma vez deferido o processamento ou, *a fortiori*, aprovado o plano de recuperação judicial, revela-se incabível o prosseguimento automático das execuções individuais, mesmo após decorrido o prazo de 180 dias previsto no art. 6º, § 4º, da Lei 11.101/2005" (AgRg no CC n. 117.211/GO, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 8/2/2012, DJe 14/2/2012).

Diante do exposto, CONHEÇO do presente conflito positivo de competência, para DECLARAR COMPETENTE o JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE ESTRELA – RS.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 25 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator